
ATA Nº 9

4.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021

29 DE NOVEMBRO DE 2021

----- Aos vinte e nove dias, do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e quinze minutos, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na quarta sessão extraordinária do ano de dois mil e vinte e um. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

----- Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD.CDS-PP, Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD.CDS-PP, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - PPD/PSD.CDS-PP, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD.CDS-PP, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD.CDS-PP, Diana Maria Nunes Simões - PPD/PSD.CDS-PP, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD.CDS-PP, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD.CDS-PP, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD.CDS-PP, Valdemar Manuel Dias Toste - PPD/PSD.CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem - PS, Eulália Ferreira Toste Leal - PS em substituição de Carlos Manuel Pimentel Enes - PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Valter Manuel Linhares Peres - PS, Carina Marlene Pires Dias - PS, Agostinho Toste Simões - PS, Daniela Leal de Andrade - PS, José Adriano Meneses Laranjo - PS, José Manuel de Aguiar Paim - PS, Miguel da Costa Bettencourt - GCE em substituição de Rita Lemos Borges Bettencourt - GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Aigualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, Ricardo Jorge Vieira da Silva em substituição de António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Carlos Manuel Pimentel Enes - PS, Rita Lemos Borges Bettencourt - GCE e António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz. -----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros: -----

----- Carlos Manuel Pimentel Enes – PS, Rita Lemos Borges Bettencourt - GCE e António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz.-----

----- Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Ricky Joe Baptista, Paula Cristina Borges de Sousa, Otilia Maria de Sousa Martins, Berto José Branco Messias, Isménia Carvalho Landeiro Alves e Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira. -----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal: -----

----- Marco Euclides Lemos Martins, Pedro Jorge Mendes Machado, Nuno Miguel Leal Ribeiro e Leila Meneses Dinis. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio para fazer uma interpelação à Mesa. Assim sendo, justificou a sua ausência nas últimas sessões da Assembleia Municipal e informou que já havia feito chegar, à Mesa, as datas dos compromissos regulares, até ao verão, na Assembleia Legislativa Regional, de forma a se conciliar datas. Por fim, aconselhou que, pelo menos até à primavera, mantivessem o distanciamento social que era habitual naquelas sessões. -----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que, em relação às datas, na próxima conferência de representantes ficaria definido, para o ano de dois mil e vinte dois, as próximas sessões ordinárias da Assembleia Municipal, onde seria tido em consideração o referido pelo Deputado Pedro Pinto. Em relação ao segundo ponto apresentado, disse que a prudência seria implementada. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas catorze horas e vinte minutos iniciou-se o período da Ordem do Dia. -----

----- **A Primeira Secretária Graça Pereira** procedeu à leitura da convocatória da Assembleia Municipal. -----

----- **O Presidente da Mesa** começou por explicar que os pontos dois a doze eram para retificar o método de votação efetuada na última sessão extraordinária da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** interveio para questionar quando iam ser apresentadas as atas das sessões anteriores. -----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que seriam apresentadas na próxima sessão ordinária. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** justificou a sua anterior intervenção com o artigo quarenta e um, que menciona que as atas devem ser apresentadas no início de cada sessão. -----

----- **O Presidente da Mesa** repetiu que seriam apresentadas na próxima sessão ordinária. -----

----- **1. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INTERCALAR DE 2021 À DATA DE 15.10.2021 DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA;** -----

----- **A Presidente da Câmara** apresentou o documento. -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** usou da palavra e disse que aquela era a primeira reunião em que iam começar os trabalhos para os quais a Assembleia estava vocacionada, pelo que, desejou a todos os presentes votos de bom trabalho e muito sucesso ao longo dos próximos quatro anos. Relativamente ao ponto em causa, referiu que, após análise do documento e respetiva explicação por parte da Sra. Presidente, tinham ficado preocupados, uma vez que aquelas contas eram assustadoras. Acrescentou que, as dívidas tinham que ser pagas e estavam preocupados porque a que preço é que as mesmas iam ser pagas, ou seja, que impacto iam ver refletido na vida dos munícipes do município da Praia da Vitória. De seguida, questionou:-----

----- 1ª Questão – a que se devia a baixa taxa de execução das receitas, nomeadamente quarenta e sete por cento; -----

----- 2ª Questão – se já tinham sido tomadas algumas medidas no sentido da realização da auditoria financeira e para quando se esperavam as primeiras conclusões. --

----- **O Deputado Valter Peres** iniciou a sua intervenção sublinhando os votos feitos pela Deputada Maria Judite Parreira. Relativamente ao ponto em discussão, disse que aquelas contas eram públicas e tinham sido aprovadas em Assembleia Municipal e lembrou que, apesar de se dizer que não ia ser possível trabalhar, o mesmo tinha sido possível, inclusive numa das alturas mais complicadas, isto é, aquando da covid-19. Acrescentou que, houvesse ideias e vontade de as colocar em prática, ou seja, partiam das ideias e não da justificação para não as ter, para poderem trabalhar em prol da Praia da Vitória. -----

----- **A Presidente da Câmara** respondeu que: -----

----- 1ª Questão – praticamente não tinha havido entrada de valores, ao nível de receita, porque tudo tinha estado isentado no tempo da covid-19. Acrescentou que, o que era espantoso era que, não havendo entrada de receita, tinham optado por fazer endividamento, deixando o novo executivo numa situação mais preocupante;-----

----- 2ª Questão – desde a tomada de posse, tinham diligenciado para que fosse feito um levantamento, ao nível de custos, para que a auditoria fosse feita o mais depressa possível. Informou que, aquela situação já estava em andamento e que, a par desta, tinham optado, também, por uma auditoria de recursos humanos, no sentido de facilitar a internalização de todos os funcionários na Câmara Municipal. -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** interveio e disse que não tinha havido receita, resultado das isenções, mas que a mesma tinha sido prevista. De seguida, referiu

que era verdade que aquelas contas eram públicas e que o orçamento era público, mas lembrou o Deputado Valter Peres que a bancada do PSD tinha votado contra o mesmo, pelo que nada tinham que ver com o assunto, e que já tinham alertado para a situação financeira da Câmara da Praia. Acrescentou que, as dívidas não eram pagas com ideias, por muito boas que elas fossem. Relativamente ao facto de terem conseguido ultrapassar as dificuldades, mencionado pelo Deputado Valter Peres, disse que o tinham conseguido com novos empréstimos. Lembrou ainda, o Deputado Valter Peres, que tinham apresentado ideias, que estas tinham sido sufragadas e que os praienses tinham dito “Não”.

-----**O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que, de facto, as dívidas não se pagavam com ideias, mas sim com trabalho, trabalhando para resolver, mas governava-se com ideias e era isso que era preciso. Posto isso, disse que aquela era uma das linhas que os separava, isto é, não deixavam ninguém para trás, pelo que era verdade que não tinham tido algumas receitas, precisamente por esse motivo, o de não deixar ninguém para trás. De seguida, dirigiu-se à Deputada Maria Judite Parreira dizendo ser verdade que o PSD tinha votado contra, mas que tinha conhecimento do assunto, portanto as suas promessas vinham no seguimento daquilo que tinham conhecimento. Ainda, relativamente às questões da covid-19, disse que as mesmas tinham sido presentes naquele órgão, tinham sido aprovadas e até elogiadas.

-----**O Deputado Pedro Pinto** iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes, desejando votos de bom trabalho e deixando uma garantia de que o CDS estava do lado da solução e que se ia empenhar para levar o concelho e todos os seus habitantes a uma sociedade mais equilibrada, equitativa e com menos assimetrias financeiras e sociais. Relativamente ao ponto em discussão, disse que estavam perante um buraco financeiro de montante assinalável superior a quatro milhões de euros, o que, para a dimensão da Câmara da Praia, era muito dinheiro. Disse que, a Covid-19 não justificava tudo, nem podia ser desculpa para tudo, que nos termos da lei, leis aprovadas na Assembleia da República, quer os municípios, quer os governos regionais, tinham sido autorizados a fazer endividamento específico para a covid-19, no entanto, estavam perante uma falha financeira, de montante apreciável, que não era todo explicado pela covid-19, o que resultava num desequilíbrio das contas da Praia da Vitória. Referiu que, aquela situação era um pouco a história do país, que aquele era o rasto que, infelizmente, o PS vinha a deixar e não servia usar sempre o discurso de que o tinham feito para ajudar as pessoas, porque sim, tinha sido para ajudar as pessoas, mas teria sido todas as pessoas, ou apenas algumas e com que critérios. Acrescentou que, o governo e as câmaras eram apenas gestores do bem público, pelo que, era preocupante saber que havia um aumento da dívida que ascendia trinta e sete por cento, no período daquele relatório, por isso, gostaria de obter algum esclarecimento sobre o mesmo. Dirigindo-se ao Deputado Valter Peres, concluiu dizendo que, não era apenas o PS que não deixava ninguém para trás, todos estavam preocupados, se importavam e empenhavam para que tal não acontecesse e, disse ainda, que para isso significava ter contas certas para não pedir mais sacrifícios aos contribuintes, pois era isso que criava desigualdades.

----- **O Deputado Ricardo Silva** interveio e disse que, em relação aos números apresentados, havia um que o preocupava substancialmente, que se prendia com a tesouraria, porque analisando os números apresentados do lado da despesa, o saldo da gerência orçamental e a receita, cujo grau de probabilidade na sua receção se situava muito próximo dos cem por cento, nomeadamente as receitas do orçamento geral do estado, fundo de equilíbrio financeiro, fundo social municipal, participação variável no IRS, etc., e também as receitas da autoridade tributária aduaneira, sendo que o mês de dezembro era o segundo melhor mês em termos de IMI, perguntou à Sra. Presidente da Câmara se existia uma possibilidade/um forte risco, de rotura de tesouraria.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** usou da palavra e disse que, tendo em conta a explanação da Sra. Presidente e as anteriores intervenções, era perceptível que existiam algumas dificuldades futuras e analisando aquilo que lhes tinha sido dado a conhecer, pelos números do fecho de quinze de outubro, na rubrica do passivo, via um financiamento obtido de um milhão, novecentos e cinquenta, pelo que gostaria de perceber o mesmo, bem como o aumento elevado de “Diversos”, a trinta e um de dezembro, de dois mil e vinte, de fornecedores e investimentos de um milhão e meio.----

----- **A Deputada Maria de Fátima Homem** interveio e disse que, ainda relativamente aos apoios, havia falta de coerência, por parte da bancada do PSD, porque quando se havia falado nestes, todos tinham sido muito suportivos, os apoios tinham sido dados às empresas, às famílias e especial às IPSS, o que, nomeadamente às IPSS, tinha sido determinante para a sua sobrevivência naquela época. Relembrou que, aquando da apresentação dos referidos projetos naquela Assembleia, os mesmos tinham sido muito bem apoiados, mas naquele momento falava-se em esbanjamento de dinheiro, daí a incoerência referida. Relativamente às receitas, referiu que tinham sido poucas, mas que até ao final do ano ainda as iam ter, por isso, nessa altura é que iam ver. --- -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e referiu que isso de dizer que de um lado estão os bons, do outro os maus e não deixar para trás uns e não os outros, era conversa que não fazia sentido, pois não tinham mandado ninguém emigrar e tinham apoiado, por exemplo, as IPSS. Repetiu que, aquela questão tinha sido ali presente, elogiada e apoiada por todos sem exceção, mesmo sabendo qual era a consequência e era importante que se percebesse isso. Disse que era verdade que havia outras receitas para entrar e estavam a falar em três meses, uma percentagem alta do ano, para que não se concretizasse naquele valor.-----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse que, gostaria de comentar os termos “...não deixar ninguém para trás...”, uma vez que nos últimos quatro anos, por diversas vezes, se tinha dirigido ao anterior presidente da Câmara para dizer que deixavam para trás quando, perante o relatório apresentado pelo Tribunal de Contas, assumiam uma atitude de arrogância dizendo que estava tudo bem, sendo certo que as provas estavam a começar a ser apresentadas. Acrescentou que, deixavam para trás porque a herança era tanto pesada que quem a ia pagar eram os filhos e não eles próprios e que a covid-19 não era desculpa para tudo, até porque o relatório referido era anterior à mesma. Relembrou que, por diversas vezes, tinham alertado para aquela situação, obtendo como

resposta que estava tudo bem. Disse que, o Deputado Ricardo Silva tinha questionado, e bem, sobre as operações de tesouraria e questionou a Sra. Presidente que compromissos ainda faltavam pagar nos referidos três meses. Relembrou, ainda, a questão das juntas de freguesia que tinham sido deixadas para trás, que apenas tinha sido realizada uma reunião, entre os presidentes de junta de freguesia e o executivo camarário, no anterior mandato e enalteceu a Sra. Presidente de Câmara por, àquela data, já ter reunido com os mesmos. Disse que, foi importante apoiar-se aquelas instituições, mas não tinham sido estes apoios que tinham consumido todas as despesas que não tinham sido feitas, como por exemplo as das Festas da Praia que não se tinham realizado, por isso, questionou para onde tinham ido as mesmas. Concluiu dizendo que tinha que haver coerência e não se esconder atrás da covid-19, pois a situação já era má e aquela bancada já o tinha alertado diversas vezes, mas nunca lhes tinham dado a devida importância e a prova estava à mostra.-----

----- **O Deputado José Laranjo** interveio e disse que, no mandato anterior, nunca tinha sido afirmado, por aquela bancada, que as contas eram as ideais, no entanto, sempre tinha apoiado o anterior executivo com convicção e continuaria a fazê-lo. Referiu que, quando se falava nas Festas da Praia que não tinham acontecido, era preciso não esquecer que a anterior Câmara Municipal, tinha atribuído parte significativa daquela verba às empresas de hotelaria (tascas) que, habitualmente, operavam nas mesmas, tal como tinha acontecido por altura do Carnaval, com a atribuição de verbas a todas as sociedades/casas do Povo do concelho que habitualmente recebiam as danças de carnaval. Acrescentou que, durante o último mandato, várias tinham sido as vezes que a bancada do PSD pugnava por maior investimento, por maiores apoios e por redução de impostos mas, por outro lado, diziam que o Tribunal de Contas ia pegar com as contas do município da Praia porque este estava completamente falido, o que nunca se veio a verificar. Repetiu que as contas não eram as ideais, mas muita coisa tinha sido feita nos últimos quatro anos e era claro que a covid-19 nunca tinha sido, da parte daquela bancada, desculpa para tudo, mas tinha vindo contribuir para piorar a situação, porque tinha havido menos receita e mais despesa com o apoio a famílias e empresas. Concluiu, questionando a Sra. Presidente sobre qual o valor, naquele momento, que estava em falta da parte do Governo Regional dos Açores, para com a Câmara Municipal da Praia da Vitória.-----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** interveio e, respondendo à Deputada Maria de Fátima Homem, disse que não havia qualquer incoerência da parte daquela bancada. Disse que sabiam que tinham votado favoravelmente os apoios, mas tinham sido induzidos em erro, não no erro dos apoios, mas sim no valor que seria reservado para os mesmos, como se chegaria até ele. Acrescentou que, os cerca de quatro milhões e meio de euros eram até quinze de outubro e era verdade que até ao final do ano iam ter mais receita, mas também era verdade que iam aparecer mais despesas, por isso, não podiam dizer que aquele valor ia abater, porque podia, igualmente, aumentar. De seguida, dirigiu-se ao Deputado Valter Peres e disse que, ali não havia bons nem maus, mas sim opções diferentes e opções que podiam ser muito perigosas e ensombrar o futuro do concelho.-----

----- **O Deputado Valter Peres** referiu que, sublinhava que não havia bons nem maus, mas sim gente que queria trabalhar e fazia por isso. Depois disso, dirigiu-se ao Deputado César Toste e lembrou que a discussão “Tribunal de Contas”, tinha sido longa e que havia um documento que tinha sido presente naquele órgão por diversas vezes, que podia ser recuperado. Acrescentou que, mesmo no mandato em que metade do tempo tinha sido a resolver questões da covid-19, tinha sido possível aumentar os apoios. Concluiu, repetindo a questão de qual o valor que deveria ter entrado, por parte do Governo Regional, e que ainda não tinha entrado. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** usou da palavra para questionar como é que se chegava a uma dívida, só em dez meses, de quatro ponto cinco milhões de euros, quando: -----

----- 1º - o património da Câmara continuava a degradar-se, como por exemplo as estradas municipais ou multisserviços e pavilhões nas freguesias; -----

----- 2º - as juntas tinham estado quatro anos a pão-e-água; -----

----- 3º - havia um dispêndio de dinheiro consubstancializado, por exemplo, em contratos com a Praia Ambiente de cento e setenta e cinco mil euros para limpar o centro da Praia, enquanto as onze freguesias juntas recebiam setenta mil para limpar todo o concelho; -----

----- 4º - o total de isenções às IPSS mais as juntas de freguesia totalizava cento e vinte mil; -----

----- 5º - tinham contratos estranhos, como por exemplo, um que tinha sido assinado em maio, no valor de quarenta e um mil e quinhentos euros, e pago até dezembro de dois mil e vinte, com o intuito de se amenizar o impacto do Covid 19 no tecido socioeconómico do concelho da Praia da Vitória, pós covid-19; -----

----- 6º - tinham sido prometidos valores exorbitantes às instituições, sem qualquer critério e fiscalização relativamente à forma como as mesmas tinham aplicado o dinheiro e, passado esse tempo, ainda havia instituições sem saber se avançavam ou não com determinadas obras, porque os montantes relevantes não tinham sido pagos; -----

----- 7º - eram anunciados, aquando das presidências abertas nas freguesias, projetos que iam ser candidatados a fundos europeus que ainda nem tinham sido negociados, quanto mais definidos. -----

----- Posto isso, disse que, perante toda aquela confusão, tinham chegado àquele imbróglio e aqueles que ali estavam, estavam há quatro anos, três, dois, há um ano, continuavam a dizer as mesmas coisas, perante os que sentiam as dificuldades que as freguesias, as instituições e a população da Praia sentia. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e, dirigindo-se ao Deputado Valter Peres, disse que, efetivamente não era preciso verbalizar para que alguém emigrasse, bastava que se levasse um país à bancarrota, que tinha sido o que o PS tinha feito ao país e que, por causa disso, as pessoas não tinham oportunidade de emprego e tinham sentido necessidade de emigrar. Portanto, repetir, até à exaustão, que o PS não tinha mandado ninguém emigrar, como se isso fizesse daquele partido uma organização amiga das pessoas e das famílias e os outros o diabo, não colava ali nem em lado nenhum. -----

----- **O Deputado Valter Peres** respondeu que aquela discussão não era para ali, pois esta já vinha de há muito tempo e de outros fóruns e que o Deputado Pedro Pinto sabia que aquilo que tinha dito não era o certo, mas haviam de o discutir noutra local. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** dirigiu-se ao Deputado Hélio Rocha dizendo que, da sua intervenção e da discussão que estavam a assistir, restava uma única conclusão, ou seja, que o PS estava extremamente orgulhoso de ter deixado a Câmara da Praia a bancarota e de os ter deixado, a todos, com aquele problema. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** disse que não estava errado e que não tinha sido ele a trazer para a discussão a emigração, mas sim o Deputado Valter Peres quando disse que não tinha sido o PS a mandar as pessoas para a emigração, o que tinha merecido a sua resposta. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que o Deputado Pedro Pinto é que havia dito que o PS tinha levado à bancarota, pelo que a resposta tinha sido a partir daí, ou seja, da primeira intervenção do mesmo. -----

----- **O Deputado César Toste** dirigiu-se ao Deputado Valter Peres dizendo que, se necessário, poderiam igualmente apresentar o relatório e lembrou que o anterior presidente da Câmara tinha chegado ao ponto de admitir que já estavam em conversações com o Tribunal de Contas para resolver situações, sinal de que, afinal, o Tribunal de Contas não estava tão errado como ele pensava. Disse, ainda relativamente a alguém ficar para trás, que foram apoiadas as empresas que operavam nas Festas da Praia e questionou sobre as restantes. A título de exemplo da gestão socialista da Câmara da Praia, mencionou o valor que era dado para a limpeza do centro da Praia e comparou-o com o que era dado a todas as juntas de freguesia do concelho, mesmo com mais dez por cento, para a realização do mesmo trabalho e disse que as ruas da Vila das Lajes não eram menos importantes do que as da Praia. Referiu que achava muito bem que fosse feita uma auditoria, pois só assim veriam a situação real da Câmara e, depois disso, é que iam falar. -----

----- **A Presidente da Câmara** respondeu que, relativamente à auditoria esta ia ser adjudicada até ao final do ano, pelo que, certamente até abril teriam alguma conclusão e esta seria partilhada naquele órgão. -----

----- Relativamente à questão do Deputado Pedro Pinto, disse que entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, se na realidade não tinha havido aumento de receitas, mais de um terço da despesa, que tinha sido apresentada, tinha sido para pagar a fornecedores. Referiu que se tinha feito dívida, sabendo que não havia receita e achava que esse tinha sido o maior dos problemas. -----

----- Relativamente à questão do Deputado Ricardo Silva, respondeu que existia a possibilidade de entrar em rutura, mas estavam a reunir todos os esforços para isso não acontecer. -----

----- Dirigiu-se à Deputada Maria de Fátima Homem dizendo que sim, que aguardavam a entrada de algumas receitas, que tudo o que eram isenções tinham sido levantadas a partir do dia trinta de setembro mas, mesmo assim, não seriam significativas para repor todos os restantes meses do ano, para dar o equilíbrio necessário. Acrescentou que, em termos de despesas, estavam a receber despesas

diárias, inclusive despesas que já tinham sido feitas e que agora eram apresentadas as respetivas faturas, o que, num acumular, estava a comprometer o próximo orçamento. Informou, ainda, que muitas dessas faturas eram provenientes do programa “Cooperar e Desenvolver”, porque tinha sido dada a benesse de apoiar tudo e todos, gerando um grande volume, o que era preocupante, mas com toda a responsabilidade, representando a Câmara da Praia, faziam todo o esforço para que tudo o que tinha sido assumido fosse pago o mais rapidamente possível, sabendo que havia muitos constrangimentos. -----

----- Relativamente à questão do Deputado José Laranjo, respondeu que, desde que tinha chegado, tinha solicitado um levantamento para saber todos os valores que estavam em dívida, sendo que muitos deles já tinham sido pagos, tudo o que estava feito/contratualizado através do contrato ARAAL, tinha sido pago. Informou que, naquele momento, tinham a receber do Governo Regional, trezentos e vinte e nove mil euros referentes ao Terceira Tech Island, sendo que aquele valor não estava coberto por contrato ARAAL. Acrescentou que o contrato ARAAL de dois mil e vinte tinha sido feito e pago e o de dois mil e vinte e um não foi pago porque nem sequer tinha sido feito. Informou que, todas as diligências que já tinha feito junto do Governo Regional tinham sido a pedir, encarecidamente, que aquela situação não se repetisse e, uma vez que aquele projeto era para ser continuo, tinham que firmar um acordo, no sentido de ter que ser pago antecipadamente, para não haver esforço financeiro por parte da Câmara, fazendo um investimento que não podia fazer, não sendo por isso que não valorizavam o projeto e que não o quisessem para a Praia, mas iam tentar que o mesmo fosse feito noutra modalidade e pago antecipadamente e não depois de a Câmara ter feito o esforço. Continuou, informando que ainda tinham a receber um milhão, referente ao processo de Santa Rita, mas tinham a esperança de até ao dia trinta e um de março, data limite, ter a situação resolvida. -----

----- Relativamente aos financiamentos, disse que muitos deles, embora cobertos por empréstimos, muitos tinham sido assumidos com a total responsabilidade da Câmara, esforço esse que achava que não deveria ter sido feito, não querendo dizer com isso que as obras não fossem necessárias nem benéficas para o desenvolvimento das suas freguesias, mas tinham que pensar na forma como priorizavam as coisas e aplicavam o dinheiro. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi rejeita com dezasseis votos contra, sendo treze do PPD/PSD e três do CDS-PP, doze votos a favor do PS e quatro abstenções, duas do PS e duas do Grupo de Cidadãos Eleitores.**-----

----- **O Deputado Valter Peres** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Faço notar que o executivo da Câmara votou a favor deste orçamento em reunião de Câmara. Queria sublinhar aqui que estas contas, na nossa opinião, permitirão trabalhar e esperamos que o atual executivo assim o faça, não arranjando desculpas, mas trabalhando em prol da Praia da Vitória, acima de tudo e, portanto, não criando a ideia de que não dá para trabalhar. É a nossa opinião.” -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O CDS votou contra esta prestação de contas, não pelos valores ou pelo rigor técnico do documento, mas sim por uma questão política. Esta é uma Assembleia que

avalia, também, politicamente a ação da Câmara, o executivo camarário é o executivo, nós somos a Assembleia que faz a avaliação, sobretudo política e, politicamente, estas contas não servem ao nosso município e, portanto, merecem a nossa censura, daí termos votado contra.” -----

----- **A Deputada Maria Judite Parreira** apresentou a seguinte declaração de voto: --

----- “O PSD votou contra esta apresentação de contas intercalares porque não nos restava outra alternativa se não votar contra umas contas que representam um sério e grave problema para o concelho da Praia da Vitória. Não votamos contra as contas em si, como disse o Sr. Deputado Pedro Pinto, porque estas contas estão certas, se tivessem que ser refeitas voltariam exatamente igual, portanto o problema não está nas contas, o problema está a montante, está nas opções que foram tomadas, está na gestão financeira que foi feita e está no orçamento eleitoralista que não corresponde à realidade. Portanto, não nos resta outra alternativa se não votar contra, esperando que o atual executivo camarário consiga corrigir o rumo que vem sendo tomado, um rumo incerto, um rumo errático e um rumo feito como se não houvesse amanhã.”-----

----- **2. DESIGNAÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NATURAL DA ILHA TERCEIRA;** -----

----- **O Deputado Miguel Bettencourt** apresentou a seguinte declaração de interesse:

----- “O Grupo Parlamentar de Cidadãos Eleitores – Esta é a nossa Praia, vem por este meio apresentar uma Declaração de Interesses com os seguintes pontos de esclarecimento: a) o parecer jurídico solicitado para explicar em que situações a A.M.P.V. deve deliberar sob voto secreto, veio esclarecer o que concerne à lei geral que define as competências dos órgãos municipais, bem como consagrado no regimento desta Assembleia; b) parece-nos que, salvo o devido respeito pela opinião contrária, como é óbvio, o parecer na essência, reproduz o consagrado na referida lei, e no mencionado regimento, o que significa não implicar nenhuma interpretação especial, mas sim uma leitura atenta das referidas normas; c) a realização de uma assembleia municipal implica custos ao povo em geral, neste caso concreto aos praienses em particular; d) no caso em apreço, se se considerar que a realização desta reunião se deve igualmente à deficiente leitura das normas legais referidas, questiona-se, caso não estivesse também em questão o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos da presente reunião, quem suportaria as despesas de realização da mesma; e) sendo assim, este Grupo Municipal – Esta é a nossa Praia manifesta, através desta Declaração de Interesse, a sua preocupação relativamente a situações idênticas que venham, eventualmente, a surgir no futuro, implicando a realização de consequentes assembleias extraordinárias, cujos custos de realização deverão, caso assim se verifique, constar nas apresentações de contas, com vista à apreciação do Tribunal de Contas.” -----

----- **O Presidente da Mesa** esclareceu que, relativamente à anterior Declaração de Interesse e ao funcionamento da A.M., tanto na primeira como na segunda sessão extraordinária, os pontos que as tinham feito acontecer eram imperativos legais que a Câmara Municipal tinha, no entanto, naquele caso em concreto, os pontos dois a doze

tinham sido presentes na Ordem de Trabalhos, por uma questão de rentabilização de tempo. -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa o nome de Hélio Adriano de Melo Rocha – Presidente de Junta de Freguesia da Aqualva. -----

----- **O Deputado Ricardo Silva** questionou a Mesa se o boletim de voto se encontrava correto.-----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que tinha sido decidido, em conferência de representantes, que os boletins de voto, em caso de lista única, seriam feitos nos moldes que tinham sido entregues aos deputados.-----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta, foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, um voto em branco e um voto nulo.** -----

----- **3. ELEIÇÃO DE TRÊS CIDADÃOS DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA PARA INTEGRAREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA;** -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma lista com os nomes de Paulo Jorge Silva Ribeiro, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca e Miguel Bettencourt.-----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **O Presidente da Mesa** esclareceu o Deputado Bruno Borges que, de acordo com o artigo dezanove, ponto dois, alínea 2), não existindo período antes da ordem do dia, por ser uma sessão extraordinária, não há a leitura e apreciação de atas, em resposta à questão colocada pelo deputado na ausência de aprovação de atas de Assembleias realizadas. -----

----- **4. DESIGNAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA PARA INTEGRAREM O CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA TERCEIRA;** -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma lista com os nomes de Diana Maria Nunes Simões e António Manuel Mendonça Borges. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio para fazer uma interpelação à Mesa, ou seja, disse achar que o nome da primeira pessoa estava errado, por isso, solicitou nova leitura do mesmo.-----

----- **O Presidente da Mesa** repetiu o nome de Diana Maria Nunes Simões, o qual foi retificado para Diana Marina Nunes Simões. -----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **5. ELEIÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRÊS REPRESENTANTES, ATÉ AOS 35 ANOS, RESIDENTES NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5.º, ALÍNEA J) DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DA PRAIA DA VITÓRIA;** -----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma lista com os nomes de André Filipe Meneses Pereira, José Dias, Miguel Capote.-----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta, foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor e um voto em branco.**-----

----- **6. DESIGNAÇÃO DE DOIS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DA PRAIA DA VITÓRIA;**-----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma lista com os nomes de John Oliveira Borges – Presidente de Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo e Marco Aurélio Ferreira Toste – Presidente de Junta de Freguesia de São Brás.-----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **7. ELEIÇÃO DE CINCO CIDADÃOS DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DA PRAIA DA VITÓRIA;**-----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma lista com os nomes de José Manuel Valdemar Dias Ribeirinho, Tânia Maria Mendonça Carvalho, Anselmo Lima Sales Violante, Marco Afonso e Orlando Fontes.-----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **8. DESIGNAÇÃO DE TRÊS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA PARA INTEGRAREM O CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO;**-----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma lista com os nomes de Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt e Bruno Manuel de Aguiar Borges.-----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **9. DESIGNAÇÃO DE DOIS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAREM O CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO;**-----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma lista com os nomes de Raquel Santos Mendonça – Presidente de Junta de Freguesia do Porto Martins e Osvaldo Manuel Borges de Sousa – Presidente de Junta de Freguesia do Cabo da Praia.-----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **10. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;**-----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma lista, apresentada pelos quatro grupos municipais, com a proposta de que a Comissão em causa fosse composta por nove elementos, sendo eles três do PSD, três do PS, dois do CDS-PP e um do Grupo de Cidadãos Eleitores.-----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **11. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA OU SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM ESTE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA) PARA PARTICIPAÇÃO NO XXV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES;**-----

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma lista com os nomes de Paulo Rui Pacheco de Sousa – Presidente de Junta de Freguesia de Fontinhas, membro efetivo e César Leandro da Costa Toste – Presidente de Junta de Freguesia da Vila das Lajes, membro suplente.-----

----- **Submetida à votação, por escrutínio secreto, a proposta, foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor e um voto em branco.**-----

----- **12. CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA;** --

----- **O Presidente da Mesa** informou que tinha sido apresentado à Mesa uma proposta, pelos grupos municipais subscritores, de que o grupo de trabalho fosse composto por, para presidir, o Presidente da Mesa da Assembleia, um elemento do PSD, um do CDS-PP, um do PS e um do Grupo de Cidadãos Eleitores.-----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:**-----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.**-----

----- Terminados os trabalhos, eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da quarta sessão extraordinária do ano de dois mil e vinte e um, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.-----

Ass: _____

Ass: _____

—

—